



TOMADA DE PREÇOS
Nº 04/2022/TP/SMPOP/DCL
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

O Município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, torna público que no dia **25/02/2022**, às 09 horas, na Sala de Licitações localizada na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos - SMPOP, localizada à Rua Vereador Eurico Batista da Silva, nº 64, nesta cidade, será realizada a licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, com fins específicos de selecionar a proposta mais vantajosa, nas condições do presente edital, objetivando contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, com fornecimento dos recipientes, transporte, tratamento e destino final em aterro licenciado (próprio ou terceirizado) dos **RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE** dos grupos A, E e B, de acordo com Termo de Referência, Projeto de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, Planilha de Composição de Custos Mensais, que são parte integrante do presente edital.

O presente certame será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, pela Lei Complementar nº 123/2006 e pelas legislações pertinentes e demais especificações e condições constantes no presente edital, bem como seus anexos.

ENTREGA DOS ENVELOPES:

Encerrar-se-á às 08h30min do dia **25/02/2022**.

SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES:

Às 09 horas do dia **25/02/2022**.

Havendo condições, a abertura do envelope contendo a proposta financeira, poderá ocorrer no mesmo ato ou em data a ser determinada.

Os trabalhos da presente licitação serão conduzidos pela Comissão Permanente de Licitação–CPL. O envelope de nº 01, contendo a documentação de habilitação e o envelope de nº 02 contendo a proposta financeira das licitantes, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos - SMPOP, no seguinte endereço: Rua Vereador Eurico Batista da Silva, nº 64, nesta cidade.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, com fornecimento dos recipientes, transporte, tratamento e destino final em aterro licenciado (próprio ou terceirizado) dos **RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE** dos grupos A, E e B, de acordo com Termo de Referência, Projeto de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, Planilha de Composição de Custos Mensais, que são parte integrante do presente edital.

1.2. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer a todas as leis e regulamentos relacionados com o serviço a ser executado e as normas de segurança aplicáveis.

1.3. Serão de responsabilidade da empresa vencedora da presente licitação as despesas com todo material e de todo pessoal necessário para executar o objeto do presente certame, sendo ainda de sua responsabilidade as despesas com salários, alimentação, com equipamentos de segurança necessários, ferramentas, fretes ou transportes, e de todas as taxas e encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, conforme legislação pertinente vigente.

2 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A execução dos serviços deverá ser conforme e Projeto e Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, que são parte integrante do presente edital, sob pena de multa prevista.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Somente poderão participar da presente licitação, empresas que estiverem prévia e regularmente inscritas no **Certificado de Registro Cadastral (CRC)**, da Prefeitura Municipal de São Borja/RS, sendo



que, se as certidões exigidas para o cadastro estiverem vencidas no dia do certame, as mesmas deverão ser apresentadas, dentro do envelope da documentação, com data válida.

3.2. Documentos necessários para a emissão do **Certificado de Registro Cadastral (CRC)**, são os constantes do anexo VII.

3.3. Será vedada a participação de:

- a) Empresas em consórcio;
- b) Empresas em processo de falência e concordata;
- c) Empresas que sofreram as penalidades previstas no art. 87, inciso IV da Lei 8.666/93.
- d) Direta ou indiretamente empresa(s) que tenha(m) sócio(s) ou empregado(s) que sejam servidores do Poder Executivo do Município de São Borja-RS.

3.4. Não será permitida a terceirização na execução dos serviços objeto da presente licitação.

3.5. As participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos do edital e das condições do objeto da licitação. Deverão ser verificadas as características, locais e quantidades dos serviços a serem executados, a região onde os trabalhos serão desenvolvidos e o sistema viário local, não podendo ser invocado, em nenhum momento, desconhecimento destes pontos como elemento impeditivo da correta formulação da proposta.

3.5.1. DA VISITA TÉCNICA

A Visita Técnica deverá ser realizada até o dia útil que antecede o certame, conforme anexo IV, por representante da empresa, juntamente com o Engenheiro Civil Fernando Brasil Aquino dos Santos, ou por outro servidor designado, em horário de expediente (7h15min às 13h). O telefone para marcar a visita técnica é (55) 3431-4457, ramal 320.

3.5.1.1. As empresas optantes pela renúncia de visita deverão declarar formalmente, em formulário próprio (papel timbrado) declaração de opção de não realização da visita técnica, constando, ainda, expressamente, que renuncia a visita técnica e assume os riscos em formar sua proposta sem conhecer o local onde será realizado o serviço, devendo ser assinada pelo seu representante da empresa.

3.6. Das microempresas e empresas de pequeno porte:

a) A comprovação deverá ser realizada no cadastro da empresa, devendo constar, de forma expressa, em seu CRC – Certificado de Registro Cadastral, fornecido pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos – SMPOP; esta comprovação se dará com a apresentação do(s) documento(s) relacionados no Anexo VII.

3.7. Para fins de credenciamento junto ao Presidente, a proponente deverá enviar um representante munido de documento que o credencie à participação, respondendo este pela representada, conforme itens 4.2., 4.2.1. ou 4.2.2., devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

3.8. O credenciamento far-se-á mediante o preenchimento do Termo de Credenciamento, constante no **Anexo III**, e a sua entrega juntamente com apresentação da cópia autenticada do ato constitutivo da empresa, do estatuto ou contrato social e suas alterações, ou

3.8.1. Instrumento público ou particular de procuração, com poderes expressos para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente juntamente com apresentação da cópia autenticada do ato constitutivo da empresa, do estatuto ou contrato social e suas alterações, ou

3.8.2. Em se tratando do representante ser diretor, sócio, proprietário ou assemelhado, da licitante, o credenciamento poderá se dar mediante apresentação da cópia autenticada do ato constitutivo da empresa, do estatuto ou contrato social e seus termos aditivos, acompanhado do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso, desde neles constem poderes para tal.



3.9. A apresentação do contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, substitui a apresentação das alterações do mesmo, desde que adequado a Lei Federal nº 10.406/02;

3.10. No caso de requerimento de empresário, quando houver alterações, as mesmas deverão ser acompanhadas da inscrição em cópia autenticada;

3.11. Os documentos apresentados deverão ser entregues em original ou por qualquer processo de cópia legível e autenticada por cartório competente ou por servidor da administração.

3.12. A não apresentação ou a incorreção do documento de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma.

3.13. Os documentos referentes ao credenciamento deverão ser entregues **separadamente** dos envelopes 01 (Documentos de Habilitação) e 02 (Proposta de Preço).

3.14. Qualquer manifestação feita durante a fase de abertura dos envelopes, somente poderá proceder de pessoa devidamente credenciada pela empresa proponente, devendo toda e qualquer declaração pertinente constar na ata, que será assinada pelos membros da comissão e pelos demais presentes.

3.15. A QUALIFICAÇÃO-TÉCNICA deverá ser comprovada com os seguintes documentos:

a) Cópia da licença de operação de no mínimo 01 (um) veículo licenciado pelo órgão competente com a atividade de fontes móveis de poluição para o transporte dos resíduos de serviços de saúde (Classe I) em nome da empresa licitante.

b) Comprovante de licenciamento (Licença Operacional) emitido pelos órgãos competentes. FEPAM, para a unidade de tratamento térmico (incineração ou autoclavagem) de resíduos de serviços de saúde em nome da empresa licitante, ou através de comprovação por contrato entre a licitante e a empresa detentora da licença.

c) Comprovante de licença ambiental de Operação para a destinação final dos resíduos tratados, em aterro industrial de classe I, devidamente licenciado por órgão ambiental competente (FEPAM), em nome da empresa licitante, ou através de comprovação por contrato público entre a licitante e a empresa detentora da licença.

d) Apresentar no mínimo 01 (UM) atestado ou declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público, ou privado, comprobatórios da aptidão da empresa (em quantidade similar) e do profissional técnico (em volume similar e nas mesmas características de especificidade), para a execução dos serviços do objeto ora licitado, devidamente registrado junto ao órgão competente (CREA ou CRQ).

e) Declaração ou atestado expedido por órgão de controle do meio ambiente, referente a comprovação de cadastramento da proponente no Cadastro Técnico de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental ou Cadastro Técnico da Atividade Potencialmente Poluidoras de Recursos Ambientais, na forma da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

f) Apresentar comprovante de registro junto a entidade competente (CREA ou CRQ) em nome da empresa licitante.

g) Apresentar comprovante de registro do profissional junto a entidade competente (CREA ou CRQ).

h) Apresentar certidão de negativa de débitos pelo Ministério do Meio Ambiente.

i) Apresentar PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), elaborado, implementado em conformidade com Norma Reguladora (NR) 9- PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS, em seu item 9.3.1.1; e atestado de capacidade técnica.

j) Apresentar PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional).

k) Apresentar LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho).

Demais informações

3.16. As empresas não inscritas ou as que se apresentam em situação irregular, poderão se inscrever e regularizar a sua inscrição para a participação da presente licitação, junto a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos-SMPOP, localizada no Centro Administrativo Salvador Lionço Pereira Alvarez, nº 64, até às 12 horas do **3º dia antecedente** a abertura das propostas, apresentando a documentação relacionada no anexo VII.

4 – DAS FATURAS E PAGAMENTOS



4.1. O pagamento será mensal mediante empenho e solicitação da SMS, após a realização e fiscalização do serviço contratado, conforme o valor mensurado e coletado no mês.

4.2. Para a efetivação do pagamento, a **CONTRATADA** deverá apresentar a Fatura ou Nota Fiscal à Secretaria Municipal de Saúde-SMS, junto com a GFIP e demais negativas, que encaminhará à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda-SMF para liquidação e pagamento.

4.3. As empresas proponentes deverão considerar que o pagamento de cada parcela contratada deverá ocorrer em data posterior à prevista para o recolhimento dos encargos (INSS e FGTS), e somente serão liberados após sua comprovação. Portanto, não haverá liberação de pagamento sem comprovação de liquidação dos encargos correspondentes ao período a que se referem.

4.4. É de responsabilidade da contratada todos os encargos tributários referente aos serviços.

5 – DO PRAZO DE ENTREGA E DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1. Os envelopes nº 01, da documentação habilitadora e nº 02, da proposta financeira, deverão ser entregues na sala de licitações da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos-SMPOP, no Centro Administrativo Salvador Lionço Pereira Alvarez, localizada na Rua Vereador Eurico Batista da Silva, nº 64, na cidade de São Borja/RS, até as 8h30min do dia **25/02/2022**.

5.2. Os envelopes deverão ser assim apresentados:

ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA-RS
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos
Tomada de Preço nº 04/2022/TP/SMPOP/DCL
(razão social e endereço da empresa se o envelope não for timbrado)

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA-RS
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos
Tomada de Preço nº 04/2022/TP/SMPOP/DCL
(razão social e endereço da empresa se o envelope não for timbrado)

Considerar-se-á encerrado o prazo de recebimento dos envelopes da habilitação e da proposta, no dia e hora marcados no preâmbulo deste Edital, não sendo tolerado atrasos, bem como, nenhum outro documento será recebido e nem serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou modificação à documentação e proposta já apresentadas.

6 - CONTEÚDO DOS ENVELOPES

6.1 O envelope “1” (HABILITAÇÃO) deverá conter:

6.1.2. O Certificado de Registro Cadastral (CRC), com data válida, conforme item 3.1 deste Edital.

6.1.3. Declarações assinada pelo representante legal da licitante, conforme modelo anexo a este Edital, ANEXO II;

6.1.4. Os documentos referentes à Qualificação-Técnica, conforme item 3.15 deste Edital;

6.1.5. O atestado de Comparecimento na Visita Técnica conforme item 3.5.1 e 3.5.1.1;

6.2 O envelope “2” (PROPOSTA) deverá conter:

6.2.1. A Proposta em linguagem clara, não podendo ser manuscrita nem conter rasuras ou entrelinhas, e assinada por quem de direito.

6.2.2. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega da mesma, sendo desconsiderada qualquer informação ao contrário.



6.2.3. Orçamento detalhado de composição de custos mensais, contendo preços unitários e totais, expresso em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com custos de quaisquer despesas decorrentes de impostos, taxas, encargos sociais, das obrigações trabalhistas e previdenciárias que recaiam sobre os serviços contratados, sem qualquer ônus ou solidariedade por parte do Município. Valores em centavos terão que ser representados com 02 (dois) dígitos, nos termos do Memorial Descritivo e do limitador de valores a Planilha de Composição de Custos Mensais.

7 – CRITÉRIOS DO JULGAMENTO

7.1 O julgamento das propostas será realizado em função do **tipo “menor preço global”**, na forma do § 1º, inciso I, do art. 45, da Lei Federal nº 8.666/93, classificando-se em primeiro lugar a licitante cuja proposta estiver de acordo com as especificações do edital e ofertar o menor preço global.

7.2 Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, adotar-se-á, como critério de desempate, procedimento previsto no § 2º do art. 45 da Lei nº 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/2006.

7.3 Quaisquer fatos significativos ocorridos no decurso da sessão de recebimento e abertura dos envelopes serão objeto de anotação na ata.

7.4. As propostas que não atenderem as condições aqui estabelecidas, ou que apresentarem preços irrisórios, excessivos ou valor zero não serão aceitas.

7.5. Os documentos de habilitação e as propostas estarão em julgamento a partir do momento de sua abertura em sessão pública, não sendo admitidas, a partir de então, quaisquer informações adicionais dos licitantes, ou modificações de condições ofertadas.

7.6. Serão consideradas inabilitadas na fase do julgamento do envelope "1" e desclassificadas na fase de julgamento do envelope "2", as propostas que:

- Não atenderem às condições do instrumento convocatório;
- Estejam incompletas e ou não tenham informações suficientes que permitam à Comissão de Licitações a perfeita identificação e qualificação dos serviços;
- Não apresentem **todos** os documentos solicitados;

8 – ASSINATURA DO CONTRATO

8.1. O contrato, cuja minuta integra este Edital, em seu **ANEXO III**, especifica em detalhes as condições objeto desta licitação.

8.2. A assinatura do contrato pelo vencedor desta licitação deverá ocorrer, no endereço descrito, no preâmbulo deste edital, no máximo até o terceiro dia útil após a convocação regular do mesmo pela Prefeitura Municipal de São Borja, conforme art. nº 64 da lei nº 8.666/93.

8.3. O vencedor da presente licitação deverá, por ocasião da assinatura do contrato, apresentar garantia através de uma das modalidades, **I - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública; II - seguro-garantia; III - fiança bancária.** A garantia será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, consoante o que prevê o artigo 56, parágrafo 1º, incisos I, II e III e parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º.

8.4. As Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) de todos os serviços a serem executados, deverão ser apresentadas na assinatura do contrato.

9 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ORIGEM DOS RECURSOS

9.1. As despesas decorrentes da execução da presente licitação correrão à custa da seguinte rubrica orçamentária do exercício de 2022:

10.04.2.088.3.3.90.39.00.00.00.00.4500 (3614)
10.04.2.231.3.3.90.39.00.00.00.00.0040 (1091)
10.04.2.231.3.3.90.39.00.00.00.00.4501 (3750)



10- SANÇÕES E MULTAS

10.1. Os casos de inexecução total ou parcial do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no artigo 87 de Lei 8.666/93, que são as seguintes:

I - Advertência;

II – Multa,

a) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, relativo a execução dos serviços em desacordo com o solicitado;

III - Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

10.2. Da aplicação das penas previstas no item 10.1 deste Edital, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de São Borja na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos-SMPOP.

11- DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Fica assegurado à Municipalidade o direito de contratar acréscimos ou supressões conforme prevê o artigo nº 65, § 1º da Lei n.º 8.666/93.

11.1.1. Em caso de excedentes, mediante autorização do coordenador da saúde e fiscal de contrato, será pago mesmo valor unitário por litro excedido.

11.2. A simples apresentação da documentação proposta nesta licitação, implica na aceitação total e automática das disposições contidas no presente Edital, da Lei 8.666/93 e suas alterações, que regem este processo.

11.3. Condições oferecidas, diferentes das constantes neste Edital, especialmente quanto ao pagamento, tipo de serviços e prazos, **desclassificam** a proposta, bem como preenchimento incorreto ou incompleto dos dados de identificação do participante na proposta.

11.4. Não serão levados em consideração, pela Prefeitura Municipal de São Borja, consultas, pleitos ou reclamações que não tenham sido formuladas por ocasião da lavratura da ata, ou por documento escrito e protocolado dentro do prazo recursal.

11.5. Não serão admitidas quaisquer modificações ou substituições de documentos, ou de propostas, após o início da sessão de abertura dos envelopes da presente licitação.

11.6. O contrato, objeto desta licitação, poderá ser rescindido, caso os serviços oferecidos não estejam em conformidade com as especificações e exigências do presente Edital e seus anexos, ou mesmo pelo não cumprimento do contrato.

11.7. O presente Edital fica vinculado ao Termo de Contrato **anexo III**, que será assinado pelo(a) vencedor(a) da licitação, dentro do prazo previsto em lei.

11.8. Os interessados poderão obter maiores informações sobre a licitação e adquirir o Edital na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos - SMPOP, localizada no Centro Administrativo Salvador Lionço Pereira Alvarez, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 12h, ou ainda através do fone (55) 3431-4457, ramal 276 ou 216, ou (55) 3431-9428, ou pelo site www.saoborja.rs.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Centro Administrativo Salvador Lionço Pereira Alvarez
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Projetos
E-mail: licita@saoborja.rs.gov.br
Fone: (55) 3431-4455 Ramais 276, 216

11.9. Os preços cotados nas propostas serão para a execução total dos serviços.

11.9.1. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos, e o valor constante na nota fiscal/fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

11.9.2. Os preços cotados poderão ser objeto de revisão de acordo com o disposto na alínea “d”, do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08/06/94, mediante solicitação da empresa **CONTRATADA** ao Prefeito Municipal, desde que acompanhada da documentação que comprove a efetiva procedência do pedido.

11.10. Os casos omissos serão regulados na forma prescrita na legislação vigente.

11.11. A decisão final e homologação com relação a presente licitação, compete ao Prefeito.

11.12. Será Foro o desta comarca de São Borja, por mais privilegiado que outro seja ou venha a ser, para o fim de solucionar eventuais conflitos resultantes deste edital ou do futuro contrato, ou ainda, de sua execução.

São Borja, 04 de fevereiro de 2022.

João Pedro Lopes Daitx
Secretário Municipal de Planejamento Orçamentos e Projetos
Decreto nº 17.444/2017



ANEXO I

TERMO DE CREDENCIAMENTO

(fora dos envelopes nº 01 e 02)

(Nome da Empresa) _____, CNPJ n.º _____, sediada _____ (endereço completo), neste ato representado por seu sócio/gerente, o Sr _____, brasileiro, estado civil, portador da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o n.º _____, residente e domiciliado nesta cidade, com poderes estabelecidos no ato de investidura (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de eleição do outorgante, etc.) conforme cópia em anexo, no uso de suas atribuições legais, nomeia e constitui seu bastante representante o Sr. _____, brasileiro, estado civil, cargo, portador da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o n.º _____, residente e domiciliado na cidade de _____, com poderes para representá-lo junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA, Secretaria de Planejamento, Departamento de Compras, Cadastro e Operações, podendo participar no presente processo licitatório (**TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2022/TP/SMPOP-DCL**), apresentar a proposta, ofertar, manifestar intenção de interpor recursos, assinar atas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

_____, ____ de _____ de 2022.

Nome e Ass. do Rep. Legal da Empresa e CNPJ



ANEXO II

DECLARAÇÃO

Referente ao edital nº 04/2022/TP/SMPOP/DCL

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Cédula de Identidade nº, inscrito no CPF nºDECLARA sob as penas da lei:

Que em atendimento ao artigo 27, V da Lei 8666/93, acrescida pela Lei 9854/99, em cumprimento do disposto no XXXIII do art. 7º da Constituição; que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos;

....., ... de de 2022.

Nome e Ass. do Rep. Legal da empresa e CNPJ



ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA,
TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE-RSS
Nº .../2022/SMPOP/DCL.**

O Município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 88.489.786/0001-01, representado por**EDUARDO BONOTTO**, Prefeito Municipal, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, localizada à Rua, nº, na cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada pelo Sr., portador do cpf nº, adiante denominada **contratada**, têm entre si justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, na forma do edital de licitação nº....., o **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, COM FORNECIMENTO DOS RECIPIENTES, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINO FINAL EM ATERRO LICENCIADO (PRÓPRIO OU TERCEIRIZADO) DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DOS GRUPOS A, E e B**, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições adiante discriminadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

§ 1º. O presente contrato tem por objeto a contratação de **SERVIÇOS DE COLETA, COM FORNECIMENTO DOS RECIPIENTES, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINO FINAL EM ATERRO LICENCIADO (PRÓPRIO OU TERCEIRIZADO) DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DOS GRUPOS A, E e B**, conforme descrito no Projeto Básico (ANEXO V do Edital), a ser prestado ao Município de São Borja, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma da lei.

§2º. A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

§3º. Qualquer alteração nos serviços ora contratados, somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização e através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

§1º. Os serviços serão executados por pessoal regularmente recrutado, treinado e contratado pela empresa vencedora.

§2º. A contratada se obriga a juntar, no prazo de até 30 (trinta) dias, após assinatura do contrato, cópia das carteiras de trabalho dos empregados contratados.

§3º. A não observância do item anterior, sujeitará a contratante a cumprir as penalidades previstas na Cláusula Décima e Décima Primeira.

§4º. A contratada será responsável pelo pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, enfim, tudo quanto decorrer da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, em caso de descumprimento, descontar o valor a pagar do valor devido à contratada.

§5º. A contratada ficará obrigada a adotar todas as medidas de segurança, visando evitar a ocorrência de danos materiais e pessoais a seus funcionários e a terceiros, assim como, adotar todas as medidas relacionadas com o seguro de seus empregados contra tais riscos, ficando responsável pelas consequências originadas de acidentes ou ocorrências que se verificarem por culpa ou dolo de seus prepostos.



§6º. O CONTRATANTE exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços contratados, na forma estabelecida na Lei Federal 8.666/93 e demais instrumentos pertinentes, fiscalização essa que, em nenhuma hipótese eximirá nem reduzirá as responsabilidades legais e contratuais da empresa contratada, nem quanto a possíveis danos materiais e pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos de seus prepostos e funcionários.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

§1º. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com o prazo estabelecido neste contrato;

§2º. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

§1º. Executar os serviços de acordo com o especificado neste contrato;

§2º. Manter o mais completo sigilo sobre quaisquer dados ou informações fornecidas pelo **CONTRATANTE** ou que vir a ter conhecimento nas suas dependências;

§3º. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e demais despesas referentes aos seus empregados envolvidos na execução deste contrato, não cabendo nenhum vínculo de emprego destes com o **CONTRATANTE**;

§4º. Arcar com eventuais prejuízos pessoais ou materiais, ocasionados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da prestação dos serviços contratados, assumindo, a responsabilidade pela reparação, após perícia realizada por representantes de ambas as partes;

§5º. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços contratados;

§6º. A **CONTRATADA** não poderá deixar passivo dos resíduos recolhidos, sendo de total responsabilidade da empresa qualquer prejuízo oriundo da ausência de coleta no município.

§7º. Não transferir a outrem, em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência do **CONTRATANTE**;

§8º. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da prestação dos serviços será exercida pela Secretaria requisitante ou por um representante legal devidamente designado pelo **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93.

§1º. Ao **CONTRATANTE** reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com o contrato.

§2º. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR MENSAL E TOTAL

O **CONTRATANTE** pagará pela prestação dos serviços o **valor mensal de R\$.....**, mediante a apresentação de relatórios mensais dos serviços efetivamente prestados durante o mês, cujo valor será apresentado em Nota Fiscal/Fatura discriminativa, para serem atestadas pelo **CONTRATANTE**, com a comprovação do recolhimento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços, e será pago mediante solicitação da SMS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE DO CONTRATO

Na vigência do contrato não será concedido reajustamento dos preços.

Parágrafo único: Os preços cotados só poderão ser objeto de revisão caso ocorra alguma das hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, desde que a solicitação venha acompanhada da documentação que comprove a efetiva procedência do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais e Faturas.



§1º. As faturas deverão ser emitidas no primeiro dia útil do mês subsequente à prestação de serviços e encaminhadas ao local da prestação dos serviços, devidamente discriminadas, as quais serão atestadas por servidor designado.

§2º. Sobre o valor faturado será retido na fonte o correspondente ao Imposto Sobre a Renda, as Contribuições Sociais sobre o Lucro Líquido, a Seguridade Social - COFINS e o PIS-PASEP, conforme art. 64 da Lei nº 9.430, de 27-12-96, e Instrução Normativa SRF/STN/SFC nº 23, de 02-03-2001.

§3º. As empresas optantes pelo SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições) não sofrerão a retenção na fonte dos valores acima citados, devendo apresentar, para fins de comprovação da condição de optante, cópia do Termo de Opção, nos termos do parágrafo 3º do art. 18 da Instrução Normativa SRF/STN/SFC nº 23/2001.

§4º. Vencendo-se a Certidão Negativa de Débito - CND, expedida pelo INSS, e o Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS, expedido pela CEF, a **CONTRATADA** deverá anexar à Nota Fiscal as cópias devidamente atualizadas, como condição indispensável para o pagamento.

§5º. Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, inclusive a apresentação do demonstrativo dos serviços executados.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato terá sua vigência de 12 (doze) meses, vigorando a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei, mediante termos aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato serão atendidas com recursos provenientes da seguinte rubrica orçamentária:

10.04.2.088.3.3.90.39.00.00.00.00.4500 (3614)
10.04.2.231.3.3.90.39.00.00.00.00.0040 (1091)
10.04.2.231.3.3.90.39.00.00.00.00.4501 (3750)

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Em caso de **inexecução total ou parcial do pactuado**, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a Contratada, garantida prévia defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do **art. 87 da Lei n.º 8.666/93**:

I - advertência;

II - Multa no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor contratual, nos seguintes casos:

a) pela recusa da empresa adjudicada em aceitar a Ordem de Início dos Serviços, sem a devida justificativa e aceitação do CONTRATANTE;

b) se os serviços executados forem de má qualidade, em desacordo com as especificações do objeto deste edital e seus anexos, bem como do contrato;

c) pela inexecução total do contrato.

III - Multa no valor correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor contratual, nos seguintes casos:

a) por dia de atraso, após 03 (três) dias úteis para o início dos serviços e no máximo 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento da Ordem de Início, salvo por motivos devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE;

b) por dia de paralisação dos serviços, superior a 3 (três) dias, até o máximo de 15 (quinze) dias, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo CONTRATANTE;

c) por dia de atraso, após 03 (três) dias corridos a contar da comunicação expressa do CONTRATANTE, que a empresa, sem motivos justificados e aceitos pelo CONTRATANTE, deixar de substituir funcionário.

IV – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 02 (dois) anos, e

V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

Respeitado, no que couber, o amplo direito de defesa, o presente contrato poderá ser rescindido em conformidade com o disposto nos art. 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.



Parágrafo único: Na hipótese de rescisão administrativa, são assegurados à Administração os direitos previstos no art. 80 do aludido diploma legal; no caso de rescisão administrativa amigável, esta deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do Prefeito Municipal de São Borja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO e DA LEI Nº 8.666/93

A **CONTRATADA** e o **CONTRATANTE**, em comum acordo elegem o Foro desta comarca de São Borja, com renúncia pelos demais, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para o fim de solucionar eventuais conflitos resultantes deste contrato ou de sua execução.

CONTRATADA e **CONTRATANTE**, ficam sujeitos às normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e às cláusulas do presente contrato que vai assinado em 02 (duas) vias na presença de 02 (duas) testemunhas a tudo presentes.

São Borja, de de

2022.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE CONTRATADA
_____	_____
Testemunha	Testemunha



ANEXO IV

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

(Nome da empresa), CNPJ/MF: (endereço), declaramos, para os devidos fins que às horas, do dia .../.../2022, fizemos a visita técnica, através do (nome do Responsável Técnico da empresa que fez a visita técnica)..... n° do RG, inscrita no CPF n°, CREA N°....., com vistoria no(a), localizado(a) na Cidade de São Borja/RS, local onde será executado o serviço de que trata o objeto da licitação n° **04/2022/TP/SMPOP/DCL**, modalidade Tomada de Preço, e conforme determinação do referido certame, momento em que tomamos conhecimento da situação e das condições do local para elaboração da nossa proposta financeira.

Nome e Ass. do Rep. Legal da empresa e CNPJ

Visto do _____
Eng. Civil da Prefeitura Municipal de São Borja



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Centro Administrativo Salvador Lionço Pereira Alvarez
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Projetos
E-mail: licita@saoborja.rs.gov.br
Fone: (55) 3431-4455 Ramais 276, 216

ANEXO V

Projeto de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde Planilha de Composição de Custos Mensais

(arquivos PDF)



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE RECURSO DA FASE DE HABILITAÇÃO

Referente a licitação nº **04/2022/TP/SMPOP-DCL**

Por meio desta a empresa
....., CNPJ nº
....., localizada na
....., cidade de,
representada pelo, CPF nº.....,
declara que não tem interesse em entrar com recurso na fase de habilitação, podendo a Comissão Permanente de Licitação partir para a segunda fase do certame, com abertura dos envelopes das propostas.

São Borja RS, de de 2022.

Nome e Ass. do Rep. Legal da empresa e CNPJ



ANEXO VII

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA O CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

1. Ato Constitutivo, Contrato Social ou Requerimento de Empresário (registro de firma individual) com respectivas **alterações/atualizações** quando houver, devidamente **registrados**;
2. Cédula de Identidade do(s) sócio(s) ou do titular;
3. Cartão CIC/CPF do(s) sócio(s) ou do titular;
4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
5. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado (DI/RE – RS...);
6. Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União e INSS - CND;
7. Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
8. Certidão Negativa de Tributos Municipais (município sede da requerente);
9. Comprovante de Regularidade junto ao FGTS - CRF;
10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT – Justiça do trabalho;
11. **Balanco patrimonial e Demonstrativo do Resultado do Exercício** com respectivas notas explicativas do último exercício social, acompanhado de cópia devidamente **registrada no órgão competente**, dos **Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário**, que comprovem a boa situação financeira da empresa; *(Ver obs. abaixo – b)*
12. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor do Foro da sede da empresa, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
13. **As empresas que se enquadrarem em Microempresa-ME e/ou Empresa de Pequeno Porte-EPP**, deverão apresentar o documento legal, que comprove o seu efetivo enquadramento (tal documento é emitido pelos seguintes órgãos: Junta Comercial do Estado, Receita Federal OU Secretaria Estadual da Fazenda-SEFAZ, sendo necessário a apresentação de somente um desses) ou declaração do representante legal da empresa ou do contador, devidamente assinado e, no caso de ser assinada pelo contador, número do registro no conselho de contabilidade, sendo necessário a apresentação de somente um desses.

Observações:

- a) As cópias dos documentos devem ser autenticadas em cartório ou no setor de cadastro da Prefeitura, desde que sejam apresentados os originais, exceto os emitidos pela internet;
- b) As pequenas e microempresas que não emitem Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras devem apresentar **Declaração de Optante pelo Simples**, emitida pela RECEITA FEDERAL (internet), acompanhada de cópia da **Declaração Anual de Renda da Pessoa Jurídica**;
- c) As empresas constituídas a menos de um ano devem comprovar a situação financeira mediante apresentação do **Balanço de Abertura** ou declaração do contador;
- d) Os documentos devem pertencer a mesma empresa (mesmo CNPJ), todos da Matriz ou todos da Filial;
- e) O Certificado de Registro Cadastral – CRC somente será emitido após apresentação de todos os documentos, cujos prazos de validade devem abranger a data da licitação, se houver interesse em participar;

Quaisquer dúvidas podem ser dirimidas:

- pelo telefone (55)3431-4457, ramais 277 e 216 ou fone/fax (55)3431-9428;
- através dos e-mail: licita@saoborja.rs.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Centro Administrativo Salvador Lionço Pereira Alvarez
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Projetos
E-mail: licita@saoborja.rs.gov.br
Fone: (55) 3431-4455 Ramais 276, 216

Prefeitura Municipal de São Borja
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos
Departamento de Contratos e Licitações - DCL
Centro Admin. Salvador Lionço Pereira Alvarez, 2º pavimento – Prédio 2
Rua Ver. Eurico Baptista da Silva, 64 - Cx.P. 006
São Borja – RS
CEP: 97.670-000